

**PROJETO 2**  
**INCENTIVO**  
**AO ACESSO À**  
**INFORMAÇÃO E**  
**À CONSCIÊNCIA**  
**CIDADÃ**



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL INTEGRADO



**Tribunal de Contas**  
**Mato Grosso**

---

**TRIBUNAL DO CIDADÃO**



# **Conselhos de Políticas Públicas: Instrumentos de Controle Social e Participação Democrática**



Tribunal de Contas  
Mato Grosso  

---

TRIBUNAL DO CIDADÃO

**PROJETO 2**  
**INCENTIVO**  
**AO ACESSO À**  
**INFORMAÇÃO E**  
**À CONSCIÊNCIA**  
**CIDADÃ**

# A Construção Democrática no Brasil



# Década de 80: Redescoberta da Sociedade



**Uma sociedade cada vez mais organizada**, que se apresentava para uma **Administração Pública ainda fundamentada na ideia clássica** que, de tempos em tempos, **os representantes são eleitos para monitorar as ações de um governo**, que orienta e supervisiona seus administradores.



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

# Cenário Político... Um Filme!

Em 1984, em estado ditatorial, milhões de brasileiros mobilizaram-se nas ruas, em torno do **movimento Diretas Já!**

Após **21 anos de ditadura militar**, foi indicado civil para presidente, com **eleições indiretas (Colégio Eleitoral)**. Ano: 1985.

Mesmo com a eleição e morte de Tancredo Neves, o Estado Democrático de Direito foi mantido, com a posse de José Sarney e com a **instalação da Assembleia Nacional Constituinte**.



# O Filme Continua!

**Constituição de 88, com 29 anos de promulgação, foi um marco para a democratização das ações públicas.**

O país saía de anos de autoritarismo, onde o aparelho estatal estava **engessado, ineficiente** e extremamente **burocrático**.

**Nova era no Brasil, com participação popular ativa e combatente.**

Há no país um **novo cenário** legal, político e social.



# Cenário Legal

CONSTITUIÇÃO CIDADÃ - CF 1988	EMENDA CONSTITUCIONAL 19/1998	LRF LEI 101/2000	LEI 131/2009	LEI 12.527/2011
Fortalece a cidadania. (direito e deveres)	Administração Burocrática. (Foco em processos)	Participação da sociedade na elaboração do orçamento e no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos. (transparência e clareza das informações Art. 48,I)	Determina a disponibilização, em tempo real, de informações sobre a execução orçamentária e financeira dos órgãos públicos	Lei de Acesso a Informação: obriga todos os órgãos públicos a oferecer informações sobre suas atividades a qualquer pessoa que solicitar os dados
Criação de instrumentos de controle social. (Conselhos Públicos)	Administração Gerencial (Foco em resultados)	Gestão fiscal responsável, responsabilização do gestor e participação da sociedade nas aplicações dos recursos públicos	Todos os gestores têm a obrigação de divulgar as despesas e receitas da administração em páginas oficiais	Os gestores precisam disponibilizar no site todas as informações referentes a administração. A informação é a regra e o sigilo é exceção
				
<b>CIDADANIA</b> (Participação Popular + Conselhos Públicos)	<b>EFETIVIDADE</b> (Resultado/ Eficácia, Programas e Projetos de Gestão)	<b>RESPONSABILIZAÇÃO</b> (Participação Popular na Elaboração e Discussão dos Planos)	<b>TRANSPARÊNCIA</b> (Órgãos Públicos)	<b>TRANSPARÊNCIA</b> (Ativa e Passiva de todos os Órgãos Públicos)

# Cenário Social

**PROJETO 2**  
**INCENTIVO**  
**AO ACESSO À**  
**INFORMAÇÃO E**  
**À CONSCIÊNCIA**  
**CIDADÃ**

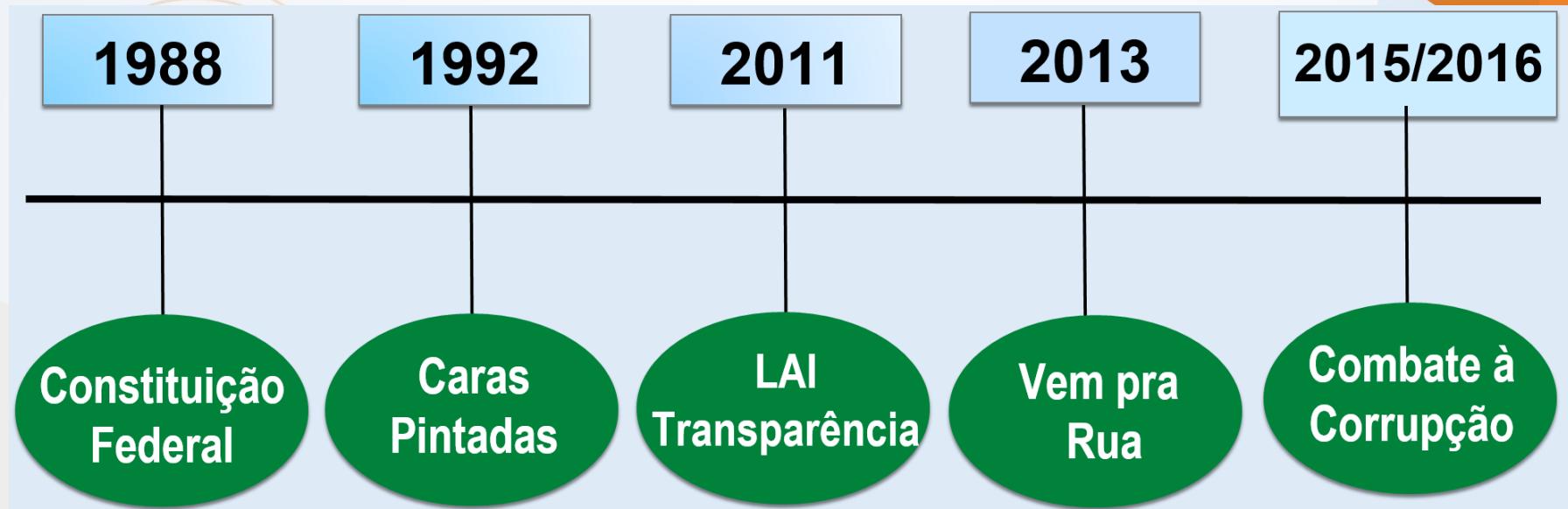
Temos o **cenário político e legal**.  
Agora, as nossas ações precisam  
apresentar o **novo cenário social**.



**Cidadão**, individual ou coletivamente,  
**participando e exercendo seu papel de**  
**acompanhar e avaliar a gestão pública**.



# Cenário Social



# Participação Popular

- Representam um grupo específico
- A mobilização vista como aglutinação de pessoas para fins de **protestos e manifestações públicas**
- Busca ter voz

## CONSEQUÊNCIA

A **mobilização** era o único elemento motivador da sociedade e as energias eram canalizadas para o grupo.

# Participação Cidadã

- A participação passa a ser concebida como **intervenção social periódica e planejada**
- Toda ênfase passa a ser dada nas políticas públicas.
- Está lastreada na **universalização dos direitos sociais**

## CONSEQUÊNCIA

**Empoderamento** de grupos e indivíduos via a capacitação política e organizacional.

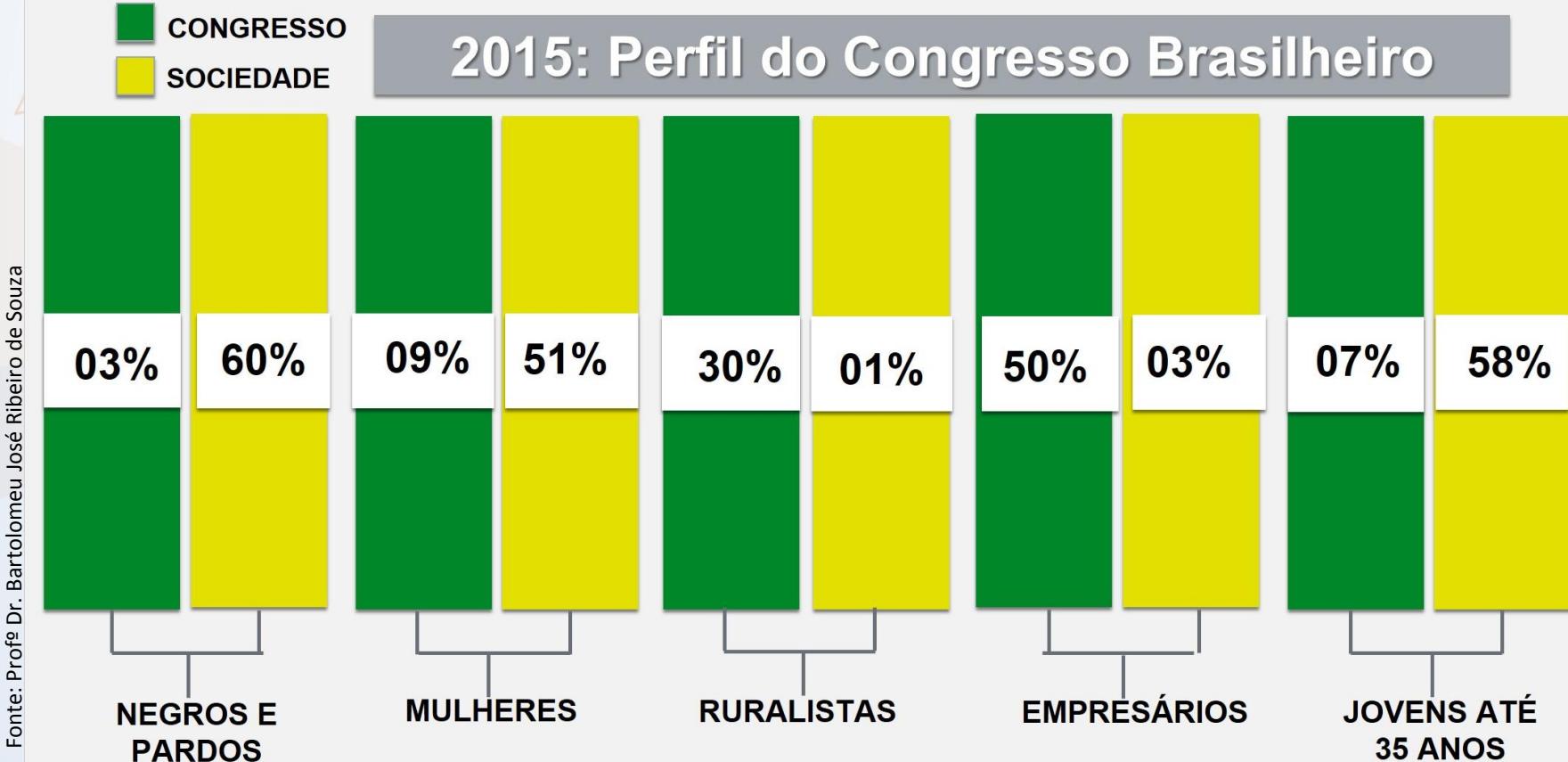
# O que as manifestações das ruas queriam?



- ✓ Ser **respeitado**
- ✓ Ser **bem tratados** e ter **serviços públicos de qualidade**
- ✓ Ter **instituições** públicas que **funcionem**
- ✓ **Combater** à corrupção
- ✓ Participar dos **processos decisórios**



# Composição do Congresso Nacional (2015-2018)



**PROJETO 2**  
**INCENTIVO**  
**AO ACESSO À**  
**INFORMAÇÃO E**  
**À CONSCIÊNCIA**  
**CIDADÃ**

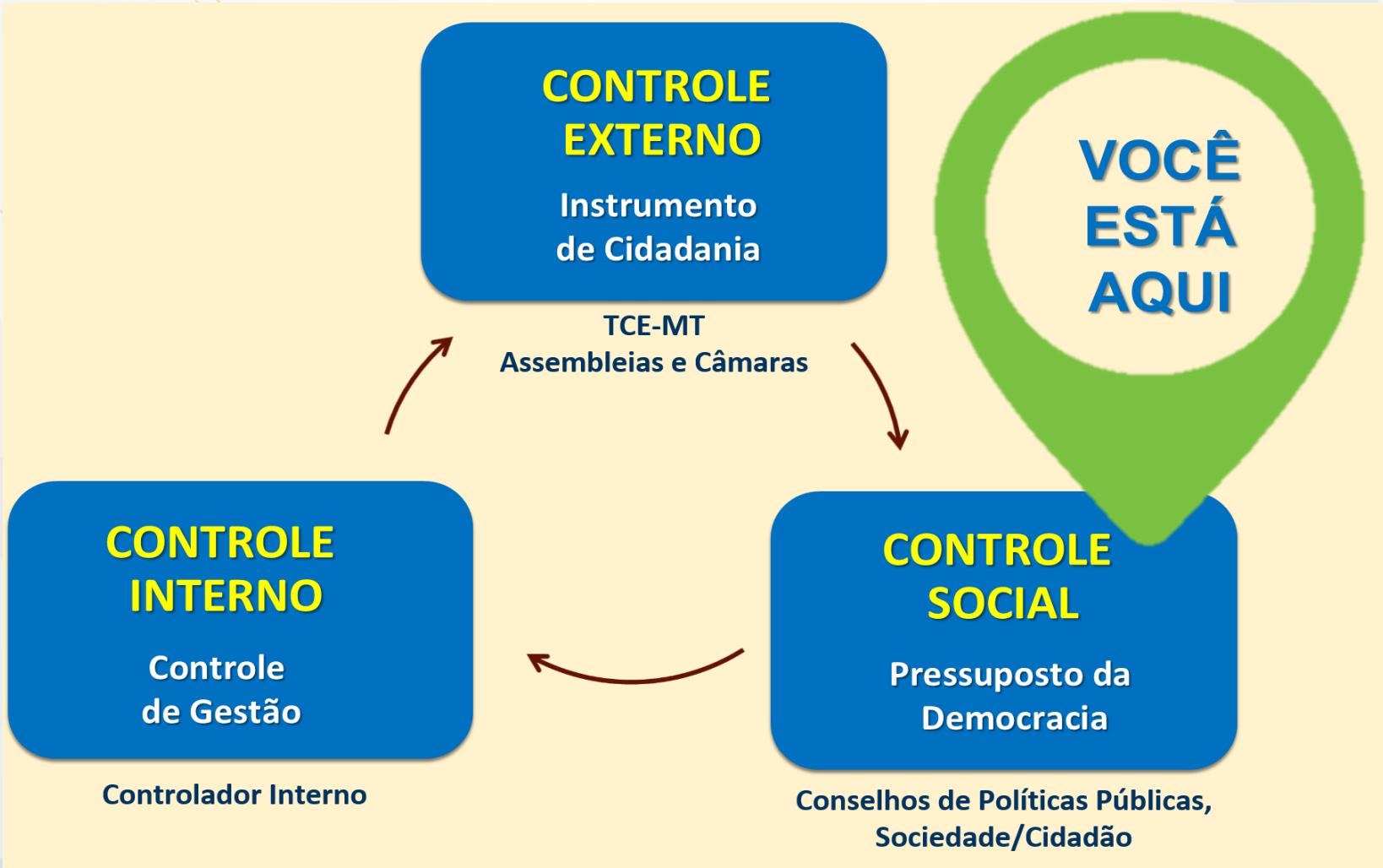
# Controle Social: Fortalecimento da Cidadania



**Não existe  
Democracia  
sem controle**



# Controle dos Recursos Públicos



# Controle Institucional: quem controla quem

<b>EXECUTIVO</b>		<b>LEGISLATIVO</b>		<b>JUDICIÁRIO</b>
Controle sobre atos da própria administração		Controle sobre atos e agentes do Executivo		Controle sobre atos legais de qualquer dos Poderes
Controles Internos da Administração		Controles Externos da Administração		Controle Jurisdicional
Controle Interno Administrativo	Controle Interno Gerencial	Controle Político	Controle Técnico	Habeas Corpus Habeas Data Mandado de Injunção Mandado de Segurança Ação Popular Outros
Controle sobre os atos da entidade pela própria entidade	Controle sobre os atos da entidade por outra entidade	Controle sobre decisões políticas do Poder Executivo	Controle sobre atos de gestão dos recursos públicos	
Função administrativas clássicas	Controladorias, Auditorias-Gerais, Sistemas de Controles Internos	Legislativo	Tribunais de Contas, Comissões Orçamentárias e de Fiscalização	Tribunais e Juízes

# Grau de participação do público no processo decisório

Poder decisório da organização



INFORMAÇÃO	PERSUASÃO	CONSULTA	PARCERIA	CONTROLE
A decisão é tomada e o público é comunicado a respeito	A decisão é tomada e há uma tentativa de convencimento do público	O problema é apresentado, as opiniões são coletadas e a decisão é tomada	Os limites são previamente definidos; as informações são partilhadas e a decisão é conjunta	A decisão é tomada pelo público, que assume a responsabilidade pública

Fonte: Eldsvik, 1978 apud Sanchez, 2008, p. 411.



Participação do público nas decisões

# Controle Social



“É o controle público não estatal, que **atua de fora para dentro do estado**, como exercício do **direito de fiscalização** da **atividade pública**, complementar ao estatal, (...) que converge para a **ampliação da participação popular no exercício do controle**.” (Jair Lima Santos)



# Controle Social

**Pode ser compreendido:**

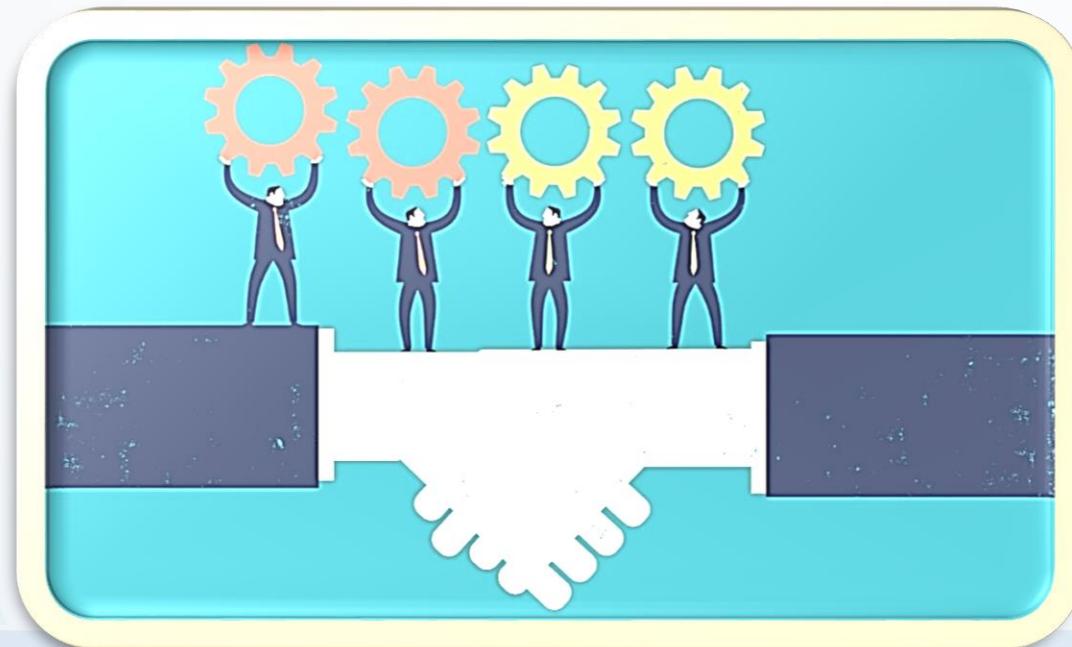
Como uma ação reguladora, resultante da participação popular nas instâncias estatais e/ou ações governamentais.



# Controle Social

**Visa assegurar que:**

**As políticas públicas sejam planejadas de modo que responda às necessidades sociais e seus **programas** sejam **cumpridos** conforme o que foi pactuado.**



# Controle Social

**PROJETO 2**  
**INCENTIVO**  
**AO ACESSO À**  
**INFORMAÇÃO E**  
**À CONSCIÊNCIA**  
**CIDADÃ**



**É transversal a toda  
política, e não pode  
ser confundido  
somente com controle  
de orçamento.**

O exercício do  
**controle social** é uma  
**garantia constitucional**  
presente **nas leis**  
que regem a  
**administração pública**



**O objeto do controle social é abrangente, pois pode ser exercido na elaboração do planejamento, na fiscalização da execução orçamentária dos recursos públicos, na prestação de contas dos gestores e na avaliação dos resultados das ações do governo.**



# Dimensões do Controle Social

## Dimensão Política

Relacionada à mobilização da sociedade para influenciar a agenda governamental, indicar prioridades, acompanhar a execução dos serviços e das políticas públicas e participar dos processos de avaliação.

## Dimensão Técnica

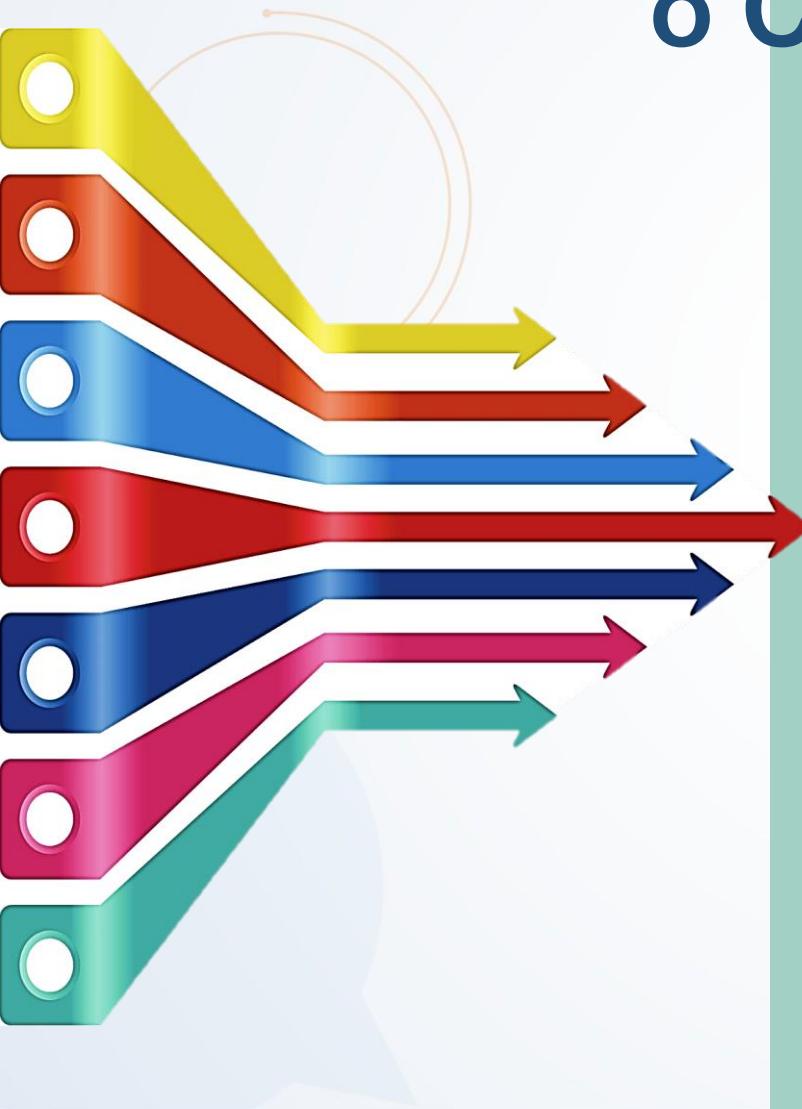
Diz respeito ao trabalho da sociedade para fiscalizar a gestão de recursos e apreciação dos trabalhos governamentais, inclusive sobre o grau de efetividade desse trabalho na vida dos destinatários.

## Dimensão Ética

Trata da construção de novos valores e de novas referências, fundados nos ideais de solidariedade, soberania e justiça social.

*Fonte: Guia de Estudos de Capacitação de Conselheiros de Assistência Social (BRASIL, 2009)*

# Desafios para aprimorar o Controle Social



- ✓ As três dimensões do controle social pressupõem a capacidade do cidadão, de forma individual ou coletiva, de mobilizar canais e mecanismos de participação institucionalizada, que permitem a vocalização de demandas sociais
- ✓ A avaliação de políticas públicas
- ✓ O envolvimento em ações de participação não institucionalizada

# O Cidadão e o Controle Social

Não adianta os controles institucionais (externo e interno) agirem, se não conseguem fazer com que esse tema seja inserido na agenda do cidadão.

**O cidadão precisa se sentir parte do controle social.**



# Instrumentos de Controle Social

## INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL - INDIVIDUAIS

Instrumentos	Previsão Legal	Ação
Ouvidoria implantadas pelos órgãos públicos	CF Art. 37, XXX, §3º, I	Aprimorar o processo de gestão, favorecendo a autocorreção dos órgãos
Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	Lei 12.527	Pedido de informação – Transferência Ativa
Denúncias aos órgãos de controle externo	CF Art. 74, §2º	Aprimorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos
Ação Popular	CF Art. 5º, LXXIII	Propor ações/projetos para melhorar a vida social
Requerimento ou petição solicitando certidões ou informações junto aos órgãos públicos	CF Art. 5º, XXXIII Art. 37, §3º, II Art. 216, §2º	Garantir o direito de acesso à informação
Tribunal Livre	Regimento Interno do Legislativo	Ocupar o espaço da Tribuna Livre na Câmara Municipal para expor e defender um assunto

# Instrumentos de Controle Social

## INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL - COLETIVO

Instrumentos	Previsão Legal	Ação
Conselhos de Políticas de Públicas	CF e normas infraconstitucionais	Mobilizar, propor, acompanhar e medir os resultados dos serviços prestados ao cidadão
Audiência Pública	CF e LRF	Opinar sobre assuntos de interesse público coletivo
Ação Civil Pública	CF Art. 129, III	Coibir abuso ou desvio de recursos do poder
Orçamento participativo adotado por gestores	CF art. 29, XII LRF art. 48, único Leis Municipais	Definir prioridades de execução das políticas públicas
Fórum/Reunião/Associação/Sindicato	—	Discutir, propor e agir para solucionar problemas da coletividade ou melhorar a qualidade de serviços prestados ou colocados à disposição da sociedade

# Quais ações de Controle Social você realiza?

**Participa**

das Audiências Públicas?

**Vai**

as reuniões que discute o Orçamento Participativo?

**Frequenta**

a Câmara Municipal para discutir assuntos de interesse da população?

**Acompanha**

as prestações de contas da Prefeitura?

**Recorre**

as ouvidorias para reclamar de má qualidade ou denunciar irregularidades nos serviços públicos?

# Quando os indivíduos se recusam a participar das decisões sociais:

## ACEITANDO

que os problemas da sociedade  
sejam pensados e resolvidos  
por outras pessoas

## DESCONHECENDO

a destinação dos recursos  
orçamentários

## DEIXANDO

de participar dos debates sobre  
a definição e o planejamento  
das políticas públicas

## ENFRAQUECENDO

a democracia com a ausência  
de legitimação das ações e  
decisões públicas

**PROJETO 2**  
**INCENTIVO**  
**AO ACESSO À**  
**INFORMAÇÃO E**  
**À CONSCIÊNCIA**  
**CIDADÃ**

# Conselhos: Instrumentos de Controle Social



**Na constituição de 88**  
os conselhos de políticas públicas  
**ganharam forma**. Mas, foi a  
**partir** da formatação de leis  
**específicas**, ainda nos primeiros  
anos da **década de 90**, e que  
**começaram a se efetivar**.

A simples existência da estrutura  
dos conselhos de políticas  
públicas **não garante** a sua  
**efetividade**.





Enquanto espaço de articulação da sociedade com os agentes estatais, os conselhos de políticas públicas estão centrados em **dois pilares**:

**1 – DEMOCRATIZAÇÃO**  
(ampliação da participação social)

**2 – DESCENTRALIZAÇÃO**  
(das políticas sociais e fortalecimento do poder local)



1 – O reconhecimento do povo como **AGENTE TRANSFORMADOR**

2 – **CULTURA CRÍTICA**, com base no repúdio a todas as formas de opressão





**PROJETO 2**  
**INCENTIVO**  
**AO ACESSO À**  
**INFORMAÇÃO E**  
**À CONSCIÊNCIA**  
**CIDADÃ**

**A identidade** também pode ser compreendida a partir de duas variáveis:

- DESENHO INSTITUCIONAL**
- TRAJETÓRIA POLÍTICA**



Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

# Questões relevantes relacionadas ao desenho institucional

**Discussão de políticas e programas** quanto ao aspecto de sua elaboração. Ter um **papel mais propositivo**.

Buscar **fortalecer mecanismos de transparência**.

Constitua um **projeto político global e estratégico** que seja referencial **para as deliberações de políticas setoriais**, sem o que, torna-se impossível impedir a fragmentação destas políticas posta em vigor pelo governo.

# Sobre a Trajetória Política

Os conselhos passam por **fases ou momentos distintos** no decorrer de sua trajetória e **que se transformam ao longo do tempo**, processo esse que tem implicações na **construção de sua identidade política**.



# Impactos na Trajetória Política

**Desarticulação das ações** dos movimentos sociais, dos fóruns e das redes na mobilização social

**Pouca atuação** dos representantes da sociedade civil nos Conselhos, tornando os conselheiros representantes de si mesmos

**Vínculo estreito** entre as lideranças dos movimentos sociais com os partidos políticos e gabinetes parlamentares



\_x

Os conselhos são  
**espaços públicos** de  
composição plural e  
**paritária** entre estado e  
sociedade, de natureza  
**PROPOSITIVA,**  
**MOBILIZADORA,**  
**DELIBERATIVA,**  
**FISCALIZADORA** e  
**CONSULTIVA**, cuja função  
é formular execução das  
políticas públicas.



# Natureza Propositiva dos Conselhos

## Visão Global e Sistêmica da Gestão



# Conselhos no Ciclo das Políticas Públicas

## Mobilização Permanente dos Segmentos Sociais

Fonte: Vuolo/2016 (adaptação do Livro Gestão Educacional)



# Leis Orçamentárias

## PPA

Plano Plurianual

## LDO

Lei de Diretrizes  
Orçamentária

## LOA

Lei Orçamentária  
Anual

O PPA faz um **planejamento da políticas públicas e programas de governo** para o período de 4 anos.

Apresenta as **dimensões estratégicas, os objetivos, estipula as metas e delineia as iniciativas. Associando os programas orçamentários aos objetivos.**

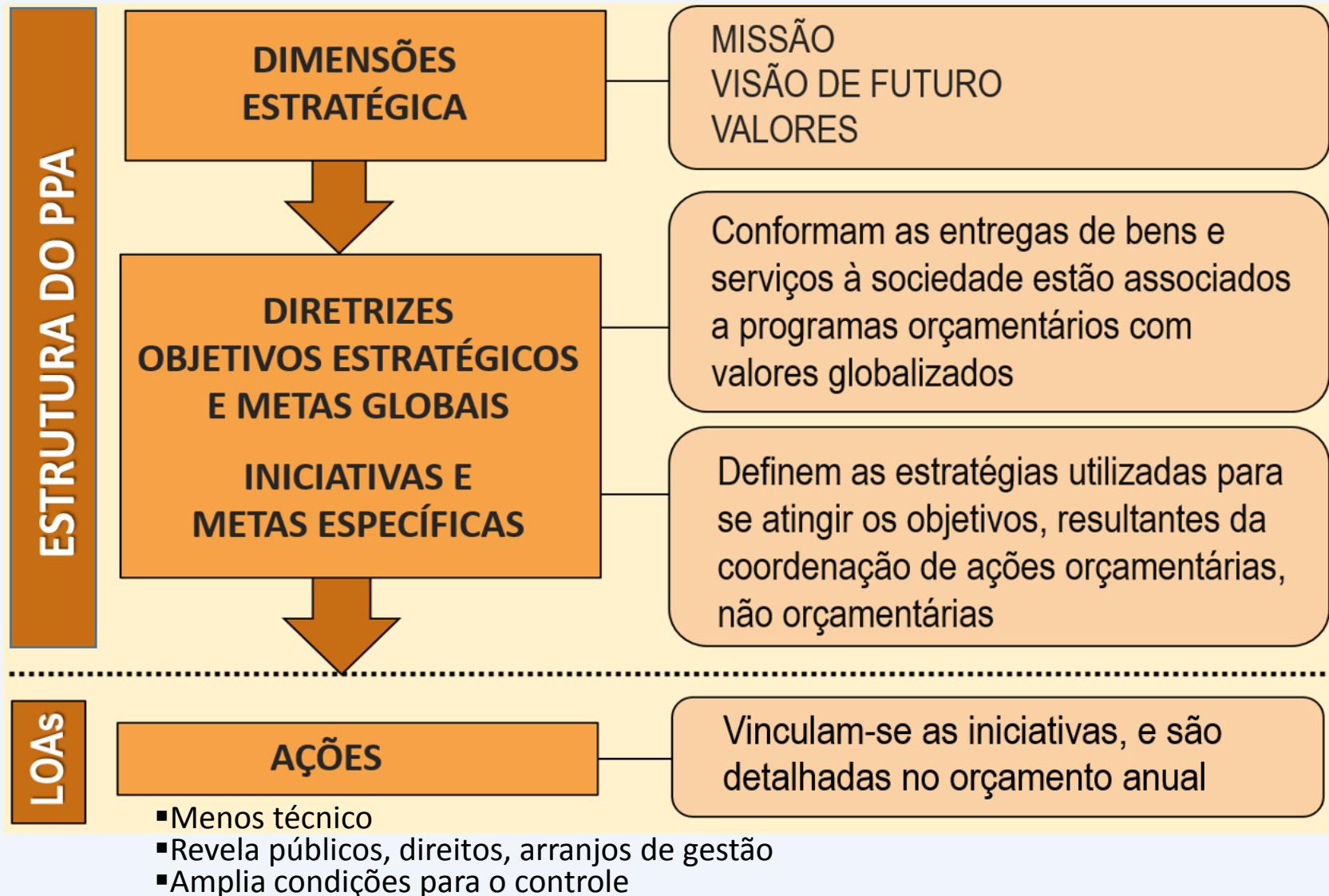
A LDO **orienta ano a ano como esses programas e objetivos devem ser realizados.**

Destaca **metas e prioridades para a Administração Pública.**

A LOA **aloca os recursos públicos necessários anualmente para a concretização das metas estabelecidas.**

**Define as ações que estão vinculadas as iniciativas que serão detalhados no orçamento**

# Modelo de Planejamento Governamental



Fonte: Almanaque do Planejamento (Alterado)

# Monitoramento Participativo

Sociedade  
participando das  
decisões da  
gestão pública

Os **PLANOS** são  
**PONTES** entre  
suas ideias e as  
**políticas públicas**

Fonte: Almanaque do Planejamento (Alterado)



# O que vai aprender ?

Empoderar-se de suas atribuições

Conhecer o plano estratégico do município e as demandas priorizadas pela sociedade

Verificar quais foram inseridas no plano estratégico

Como são elaboradas as peças orçamentárias e como inserir demandas da sociedade e do legislativo

Realizar audiências públicas para discussão e oitiva da sociedade com a inserção das suas demandas nos planos orçamentários

X\_X

**PROJETO 2**  
**INCENTIVO**  
**AO ACESSO À**  
**INFORMAÇÃO E**  
**À CONSCIÊNCIA**  
**CIDADÃ**



Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

**PROJETO 2**  
**INCENTIVO**  
**AO ACESSO À**  
**INFORMAÇÃO E**  
**À CONSCIÊNCIA**  
**CIDADÃ**



# Oficina: Identificação das demandas da sociedade em relação às políticas públicas





# Por que fazer a Oficina?

**PROJETO 2**  
**INCENTIVO**  
**AO ACESSO À**  
**INFORMAÇÃO E**  
**À CONSCIÊNCIA**  
**CIDADÃ**

Dar voz e vez aos representantes da sociedade

Empoderar os conselhos de políticas públicas enquanto instrumento de controle social

Ampliar a participação dos conselheiros nos processos decisórios da gestão municipal

Disponibilizar informações do controle externo relacionadas ao exercício do controle social

Estimular o diálogo entre os órgãos e poderes e destes com a sociedade

Democratizar as relações entre o estado e a sociedade

# Pesquisa realizada em 2016

- 40 municípios
- 329 Conselhos
- 613 Conselheiros

## DIÁLOGO

- 30% nunca conversaram com o Controlador Interno do Município e nem com o TCE ou TCU
- 74% conhecem o Portal Transparência

## PROPOSITURA

- 66% se reúnem mensalmente e a maioria propõe ações e discute políticas públicas
- 13% dos conselhos analisam e discutem os relatórios de auditorias e pareceres do TCE-MT

## APÓS AÇÕES DO TCE-MT COM OS CONSELHEIROS

- 24% apontaram que melhorou o diálogo com o Executivo e 38% com o Legislativo
- 26% passaram a buscar mais informações nas Audiências Públicas
- 54% disseram que utilizam os canais de comunicação

# Pesquisa realizada em 2016



## CAPACITAÇÃO

- **56%** consideram o curso de formação continuada como principal ação para melhorar o desempenho
- **64%** dos conselheiros não tiveram conhecimento do curso
- **29%** não participaram do Curso de Extensão
- **67%** que participaram concluíram o curso

## CONTROLE SOCIAL

- **65%** dos conselheiros aumentaram o interesse pelo Controle Social das Políticas Públicas
- **23%** dos conselheiros disseram que faz Controle Social participando das Audiências Públicas, **14%** acompanham a execução dos serviços públicos e **10%** monitoram dados do Portal Transparência

## ORÇAMENTO PÚBLICO

- **35%** afirmam que nunca tiveram acesso as leis orçamentárias (LOA, LDO e PPA)
- **88%** acham importante conhecer o orçamento municipal



**E como  
será a  
oficina?**



# Metodologia

**PROJETO 2**  
**INCENTIVO**  
**AO ACESSO À**  
**INFORMAÇÃO E**  
**À CONSCIÊNCIA**  
**CIDADÃ**

## A OFICINA SERÁ REALIZADA

Em grupo para conhecimento e priorização das demandas indicadas pela sociedade que serão inseridas no Planejamento Estratégico e nas peças orçamentárias



# Oficina: Composição dos Grupos

## 1. PROTEÇÃO DO GÊNERO HUMANO:

Defesa de Direitos, Assistência Social, Criança e Adolescentes, Idoso, Mulher, Tutelar, Pessoa com Deficiência, Juventude e Bolsa Família

## 2. EDUCAÇÃO:

Educação, Alimentação Escolar, FUNDEB, Esporte, Cultura e Transporte Escolar

# Oficina: Composição dos Grupos

## 3. SAÚDE:

Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, Antidrogas  
e Segurança Pública

## 4. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

Turismo, Economia Solidária, Trabalho, Emprego, Indústria,  
Comércio, Habitação e Transporte

## 5. PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE:

Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável

# Oficina: Orientações

Os grupos devem eleger:

**1 Coordenador,**  
**1 Orador e**  
**1 Secretário** (Todos Conselheiros)



**Trabalho nos grupos: (1h30min)**

- ✓ **LEVANTAR** as demandas da sociedade nas suas respectivas áreas, **(60min)**
- ✓ **DOCUMENTAR** 5 demandas por ordem de prioridade **(15min)**
- ✓ **FORMALIZAR** o documento final do grupo e entregar para digitação **(15min)**



# Oficina: Orientações

## ➤ **Sistematizar as demandas (15min)**

Digitação dos resultados dos grupos e aplicação da avaliação reativa

## ➤ **Trabalho em plenária (15min, sendo 3min para cada grupo)**

Apresentação pelo orador dos grupos, que deve ser um conselheiro

- Deve ser feita apenas a leitura das demandas

- Não haverá discussão e nem explanação dos motivos



# Atenção senhores conselheiros



As **demandas** priorizadas **devem buscar** alcançar os **resultados** das políticas públicas (*as ações priorizadas devem indicar o que fazer*) e **não os meios** para atingí-las (*não dizer como fazer*).

# Verbos para formular metas

- ✓ Garantir
- ✓ Elevar
- ✓ Adequar
- ✓ Ampliar
- ✓ Aperfeiçoar

- ✓ Implantar
- ✓ Elaborar
- ✓ Atualizar
- ✓ Desenvolver
- ✓ Rever

# Características das demandas priorizadas nos grupos:



- Construção coletiva
- Consenso nas decisões
- Representar os anseios da sociedade
- Conteúdos transversais



# Demandas Inseridas nos Municípios

ANO	DEMANDAS	
	NÚMERO	PORCENTAGEM
2012	128	64%
2013	223	70%
2014	185	74%
2015	183	80%

Fonte: SAI/TCE-MT/2017

# Como pensar de forma transversal?

Reducir o número de pessoas acidentadas  
**(Saúde e SMTU)**

Melhorar a qualidade da água  
**(Meio Ambiente e Saúde) (Educação e Turismo)**

Diminuir o déficit habitacional  
**(Habitação e Assistência Social)**

Aumentar a cobertura de crianças em creche  
**(Educação e Assistência Social)**

Reducir a pobreza  
**(Assistência Social e Emprego)**



x\_x

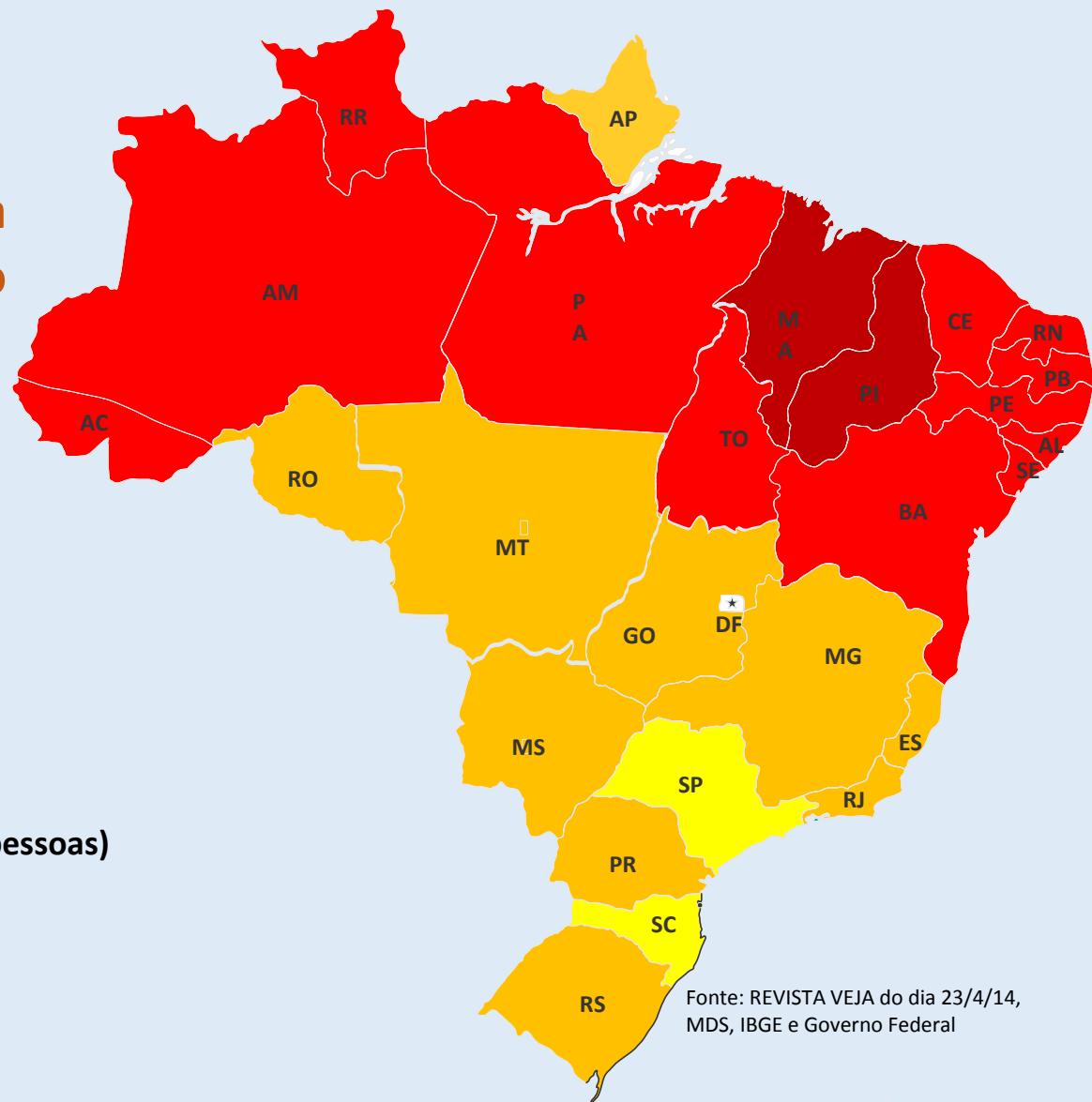
# Mapa da Dependência

Percentual da  
População Inscrita  
no Cadastro Único

## POR ESTADO



## NO BRASIL



Fonte: REVISTA VEJA do dia 23/4/14,  
MDS, IBGE e Governo Federal

**PROJETO 2**  
**INCENTIVO**  
**AO ACESSO À**  
**INFORMAÇÃO E**  
**À CONSCIÊNCIA**  
**CIDADÃ**



# Informações do Município



# Dados do Bolsa Família

## Município de Chapada dos Guimarães

Programa	Ano	Famílias Beneficiadas	Benefício Médio Mensal	Valor Total Repassado/Ano
<b>Bolsa Família</b> (Famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único)	2017	1.785	R\$ 220,91	R\$ 394.316,00

Fontes: MDS, CadÚnico

# Execução Orçamentária

DADOS	2013	2014	2015
<b>Receita Estimada</b>	R\$ 42 mi	R\$ 47,4 mi	R\$ 45,2 mi
<b>Receita Arrecadada</b>	R\$ 36,5 mi	R\$ 43,5 mi	R\$ 39,1 mi
<b>Despesas Realizadas</b>	R\$ 39,7 mi	R\$ 42,3 mi	R\$ 42 mi
<b>Resultado Orçamentário</b>	R\$ 3,1 mi	R\$ 1,2 mi	- R\$ 2 mi

Fonte: Espaço do Cidadão Site TCE-MT/2017

# Cumprimento dos Limites Constitucionais

DADOS	2012	2013	2014	2015
<b>Despesas com Pessoal (54% - Limite fixado artigo 20)</b>	47,44%	54%	58,19%	Ausência de Prestação de Contas
<b>Índice da Educação (Limite Mínimo Fixado de 25%)</b>	38,65%	44,63%	29,92%	Ausência de Prestação de Contas
<b>Índice da Saúde (Limite Mínimo Fixado de 15%)</b>	35,24%	31,20%	15,90%	Ausência de Prestação de Contas

OBS.: Em decorrência da ausência de prestação de contas anuais de Governo no sistema APLIC no exercício de 2015, por parte do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, a apuração das despesas aplicadas com educação, saúde e pessoal ficou prejudicada.

# Transparéncia no Município

## TRANSPARÊNCIA PÚBLICA – CHAPADA DOS GUIMARÃES

	PREFEITURA	CÂMARA
Ouvidoria	Sim	Sim
Portal Transparência	Sim	Sim
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão	Sim	Sim

Fontes: Sites Prefeitura e Câmara de Chapada dos Guimaraes

# Curso de Extensão via EaD

## Chapada dos Guimarães

ANO	NOME DO CURSO	NÚMERO DE INSCRITOS
2013	Curso de Extensão – 1ª Edição: Os Conselhos de Políticas Públicas na Efetivação do Controle Social em Mato Grosso	Nenhum Inscrito
2014	Curso de Extensão – 2ª Edição: Os Conselhos de Políticas Públicas na Efetivação do Controle Social em Mato Grosso	Nenhum Inscrito
2016	Curso de Extensão – 3º Edição: Cidadania e Controle Social	11 conselheiros
2017	Curso de Extensão – 4º Edição: Cidadania e Controle Social	18 conselheiros

# Estímulo de envio das Audiências Públcas de Chapada dos Guimarães

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO ESPAÇO CIDADÃO DO TCE-MT		
MUNICÍPIO	ANO	ASSUNTO
Chapada dos Guimarães	2014	Nenhuma audiência informada
	2015	Nenhuma audiência informada
	2016	Nenhuma audiência informada
	2017	Nenhuma audiência informada

# Inserção da relação dos Conselhos no Portal Transparência

PORTAL TRANSPARÊNCIA DE CHAPADA DOS GUIMARÃES	
Ano	Número de Conselhos
2017	<p>11 (Turismo, Prev-Serv., Cultura, Saúde, Desenvolvimento Rural, Assistência Social, Comunitário de Segurança, Meio Ambiente, Alimentação Escolar, Fundeb, Transporte Escolar)</p>

Fonte: Prefeitura de Chapada dos Guimarães – Portal Transparência

# Inserções de Dados dos Conselhos de Chapada dos Guimarães

ANO	SISTEMA APLIC	BANCO DE DADOS DA SAI
2015	<b>3 Conselhos</b> (Assistência Social, Direitos Fundeb, Saúde)	<b>2 Conselhos</b> (Fundeb, Alimentação Escolar)
2016	<b>Nenhum</b>	<b>7 Conselhos</b> (Alimentação Escolar, Assistência Social, Fethab, Fundeb, PrevServ, Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, Transporte Escolar)
2017	<b>Nenhum</b>	<b>6 Conselhos</b> (Alimentação Escolar, Fundeb, Saúde, Fethab, PrevServ, Transporte Escolar),

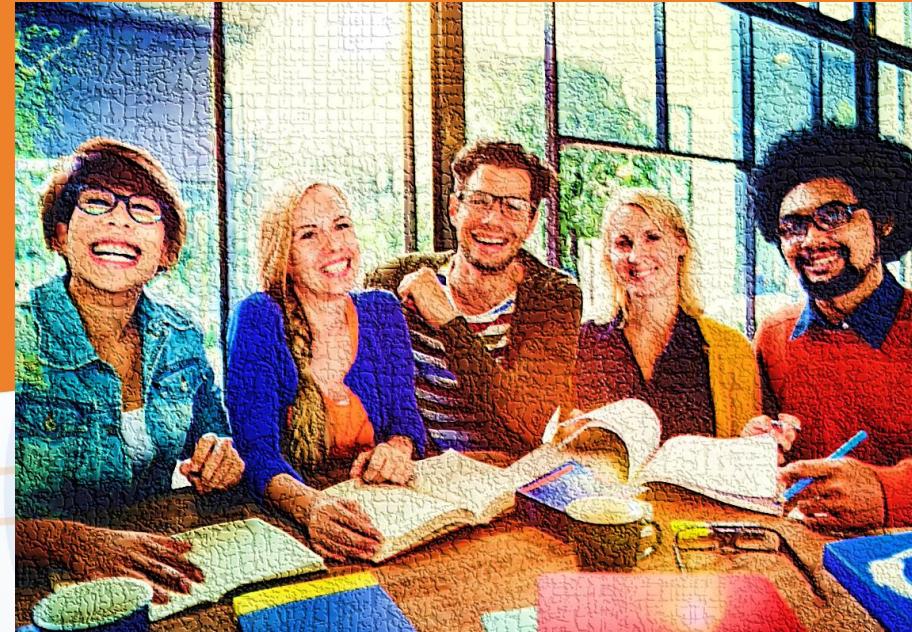
# Consolidando informações sobre os Conselhos de Chapada dos Guimarães

	NÚMERO CONSELHOS		
	2015	2016	2017
<b>Portal Transparência de Chapada dos Guimarães</b>	Nenhum	Nenhum	11
<b>Informados no Sistema Aplic</b>	3	Nenhum	Nenhum
<b>Banco de Dados da SAI</b>	2	7	6

Fonte: SAI/TCE-MT / Maio 2017

**PROJETO 2**  
**INCENTIVO**  
**AO ACESSO À**  
**INFORMAÇÃO E**  
**À CONSCIÊNCIA**  
**CIDADÃ**

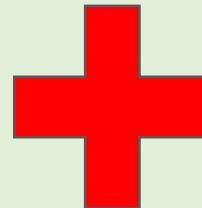
# Reflexão Final



# **CULTURA DO CONTROLE SOCIAL**



**Cultura  
Reclamatória**



**Cultura  
Participativa**



# Todos ganham com:

- Exercício do Controle Social
- Consolidação da **democracia** e fortalecimento da **cidadania**
- Ampliação dos **espaços democráticos** e de **transparência**
- Partilha de **poder** e de **responsabilidade**
- Elevação da **eficiência** dos **gastos** públicos
- Melhoria da **qualidade** dos **serviços** prestados ao cidadão



**“Onde não há conselhos  
fracassam os projetos, mas  
com os muitos conselheiros  
há bom êxito”**





Mais informações sobre as ações  
do TCE-MT voltadas para o cidadão,  
entre em contato conosco:

**SAI** Secretaria de Articulação  
Institucional e Desenvolvimento  
da Cidadania do TCE-MT

[sai@tce.mt.gov.br](mailto:sai@tce.mt.gov.br)  
Telefones: (65) 3613 2911 / 3613 2926



**Tribunal de Contas  
Mato Grosso**

---

**TRIBUNAL DO CIDADÃO**